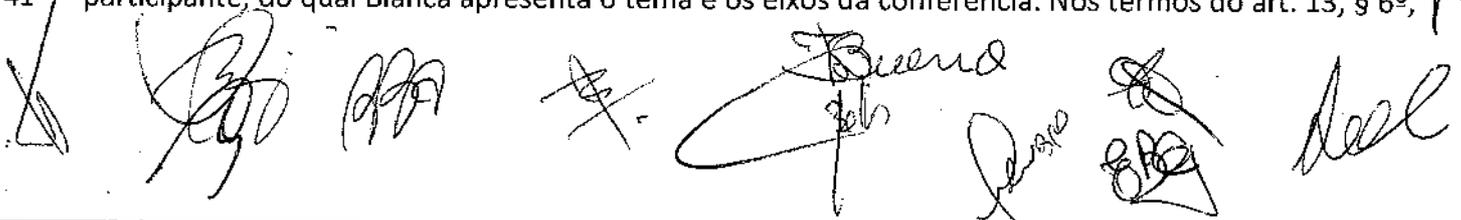
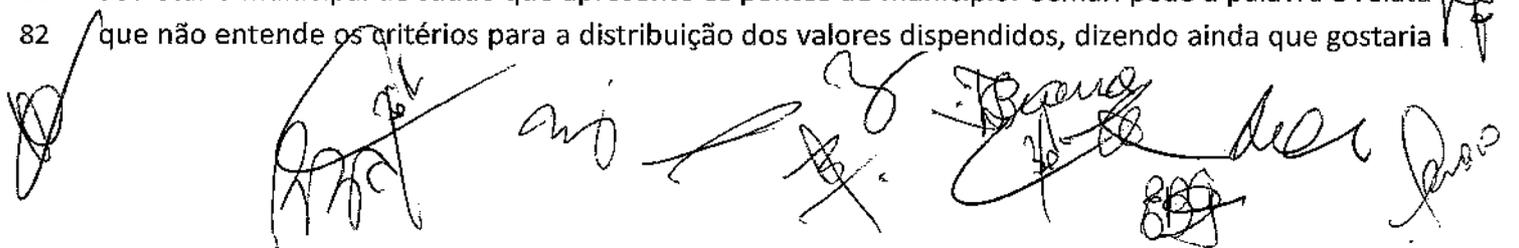


1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO,**  
2 **REALIZADA NO DIA ONZE DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.** Ao décimo primeiro dia do mês  
3 de março de dois mil e vinte e cinco, às dezoito horas, na sede do Conselho Municipal de Saúde,  
4 conforme convocação, sob a coordenação do Presidente deste Conselho, Dr. Antônio Fernando de  
5 Araújo, e na presença da Equipe Técnica assinada ao final desta Ata, deu-se início à Reunião  
6 Ordinária com os conselheiros titulares e suplentes presentes, com gravação em vídeo que faz parte  
7 integrante desta Ata. Inicia-se com os seguintes informes: **Informes da mesa diretora: PRIMEIRO**  
8 **INFORME:** Dr. Fernando de Araújo inicia a reunião e passa a palavra para Ana Pranke, a qual relata  
9 que o município venceu em terceiro lugar do prêmio CROSP de Saúde Bucal, tendo sido contemplado  
10 na premiação de municípios até quinhentos mil habitantes, dizendo que o município recebeu uma  
11 placa, tendo ficado em primeiro lugar o município de Presidente Prudente e o segundo colocado  
12 sendo Marília. Explica ainda que há critérios de pontuação, como comprovação de ações de saúde  
13 bucal no PAS, reuniões técnicas e de equipes, visitas domiciliares, planos de cargos carreiras e  
14 salários, dentre outros. Dr. Fernando acrescenta que a odontologia deve ser exaltada vez que sempre  
15 se fez presente no Conselho Municipal de Saúde, e ressalta que a premiação é relevante e  
16 tradicional, sendo certo que na medida em que se cumpre as ações necessárias, demonstra-se a  
17 evolução do atendimento no município. **SEGUNDO INFORME:** Dr. Fernando relata que o CMS  
18 recebeu uma nota conjunta do Conselho Estadual de Saúde e passa a palavra para a Bianca realizar a  
19 apresentação do documento. Realiza a leitura da nota técnica conjunta elaborada pelo Conselho  
20 Estadual de Saúde e pelo Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo, no  
21 qual é explicada a importância da elaboração do Plano Municipal de Saúde (PMS), que deve ocorrer a  
22 cada quatro anos, conforme estabelecido na Lei 8142/90, § 1º, do artigo 1º, alinhando-se ao ciclo de  
23 gestão do SUS e ao período de vigência dos Planos Plurianuais (PPA). Ressalta sobre a transparência  
24 e controle social e que se trata da base para a captação de recursos. O documento cita ainda que  
25 para o ciclo atual, o próximo Plano Municipal de Saúde deve ser elaborado para o período de 2026 a  
26 2029 e que dessa forma, o novo Plano Plurianual (PPA) terá vigência de 2026 a 2029, alinhado às  
27 diretrizes nacionais e às prioridades locais em saúde. Relata sobre a conferência municipal de saúde,  
28 que deve ser organizada de forma a funcionar como espaços democráticos fundamentais para a  
29 coleta de demandas. Salaria que não se pode confundir a conferência municipal de saúde com as  
30 etapas municipais da conferência estadual e nacional de saúde. Cita ainda a estrutura do Plano  
31 Municipal de Saúde, bem como o papel do Conselho Municipal de Saúde e as referências legais. Dr.  
32 Fernando relata que todo o teor do documento está sendo cumprido, inclusive com as pré-  
33 conferências de saúde, que estão se iniciando no presente momento. **TERCEIRO INFORME:** Dr.  
34 Fernando passa a palavra para o conselheiro Ricardo Augusto Diogo Sanches, que inicia a  
35 apresentação sobre as pré-conferências de saúde, dizendo que as inscrições já se iniciaram,  
36 explicando que serão realizadas quatro pré-conferências regionais entre os dias 27 de março e 10 de  
37 abril, citando ainda que a capacidade das pré-conferências é de sessenta pessoas e pede para que os  
38 presentes divulguem para permitir um maior comparecimento das pessoas interessadas. Bianca  
39 ressalta que no site do CMS há maiores informações bem como o link de inscrições, indicando as  
40 datas de cada uma das pré-conferências. Reginalda questiona como é feita a escolha do eixo pelo  
41 participante, do qual Bianca apresenta o tema e os eixos da conferência. Nos termos do art. 13, § 6º,

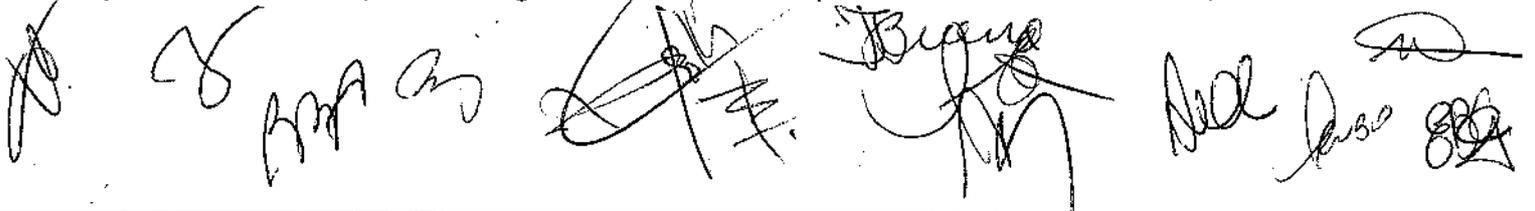


42 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde, que versa sobre apresentar proposta de  
43 assunto de pauta urgente e relevante, **Dr. Fernando pede a inclusão do ponto de pauta, solicitado**  
44 **pela Gestão da Saúde, qual seja “apreciação e votação do 5º termo aditivo do convênio 005/2021”.**  
45 Colocada em votação, a inclusão do ponto de pauta é aprovada por unanimidade. **Eleição de um**  
46 **conselheiro representantes dos usuários, para recompor a Comissão Intersetorial de Saúde**  
47 **Mental”.** Colocada em votação, a inclusão do ponto de pauta é aprovada por unanimidade. **Dr.**  
48 **Fernando pede a inclusão de pauta “Eleição de um conselheiro representante dos usuários, para**  
49 **recompor a Comissão Intersetorial de Atenção à Pessoa com Deficiência”.** Colocada em votação, a  
50 inclusão do ponto de pauta é aprovada por maioria. **ORDENS DO DIA – PRIMEIRO PONTO DE**  
51 **PAUTA: ELEIÇÃO DE UM CONSELHEIRO REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS, PARA RECOMPOR A**  
52 **COMISSÃO INTERSETORIAL DE SAÚDE MENTAL. Assunto:** Ocorre inversão de ordem de pauta.  
53 Candidata-se a conselheira Rita, sendo eleita por unanimidade. **SEGUNDO PONTO DE PAUTA:**  
54 **ELEIÇÃO DE UM CONSELHEIRO REPRESENTANTE DOS USUÁRIOS, PARA RECOMPOR A COMISSÃO**  
55 **INTERSETORIAL DE ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Assunto:** Candidata-se apenas o  
56 conselheiro Ricardo, o qual é eleito por unanimidade. **TERCEIRO PONTO DE PAUTA: APRECIÇÃO E**  
57 **VOTAÇÃO DO 5º TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO 005/2021. Assunto:** Dr. Fernando passa a palavra  
58 para Paulo, do Fundo Municipal de Saúde, que apresenta o 5º termo aditivo do convênio 005/2021,  
59 relatando que há uma necessidade de prorrogação até o mês de junho, e passa a apresentar as  
60 modificações que foram necessárias, de modo a possibilitar um atendimento maior da demanda do  
61 município, inclusive em razão da epidemia de dengue. Passa a apresentar os indicadores físicos da  
62 atenção básica e a estimativa de profissionais vinculados às ações de saúde na atenção básica, como  
63 o aumento para 140 profissionais médicos, 185 profissionais com nível superior. Referente à  
64 urgência e emergência, apresenta os indicadores físicos e as adequações necessárias, como o  
65 aumento para 200 profissionais médicos. No que tange à atenção especializada, ressalta que os  
66 atendimentos multiprofissionais passam de 200 mil para 230 mil, ocorrendo conseqüentemente o  
67 incremento de profissionais. Por fim, com relação à vigilância, apresenta os indicadores, como de 90  
68 para 120 ações, e estimativa de custeio. Ao final, a estimativa total é de R\$ 76.456.000,00. Ressalta  
69 que o exercício se dará até o mês de junho e que o valor se trata do teto, mas não que  
70 obrigatoriamente se atingirá referido teto, mas sim apenas uma estimativa máxima permitida.  
71 Ressalta que as despesas com recursos humanos, capacitação e treinamento e despesas operacionais  
72 poderão ser remanejadas entre as etapas/fase, conforme necessário no momento. Paulo agradece a  
73 inclusão da pauta pelos conselheiros, devido à importância e o momento da saúde pública no  
74 município. Dr. Rodrigo pede a palavra e questiona se o convênio se encerraria em abril, o que é  
75 confirmado por Paulo. Dr. Rodrigo relata ainda que no ano anterior houve discussão no conselho  
76 para que esse valor fosse empenhado, a fim de garantir a manutenção do atendimento público.  
77 Relata ainda que o conselho segue desfalcado de dois coordenadores de conselhos locais, o que  
78 afeta o auxílio e atendimento aos conselheiros locais. Ressalta ainda que é o maior contrato da  
79 Saúde, a necessidade de concurso público para propiciar maior independência ao município, mas que  
80 entende o momento de urgência que o município se encontra no campo da saúde pública. Solicita ao  
81 Secretário municipal de saúde que apresente os pontos do município. Osmari pede a palavra e relata  
82 que não entende os critérios para a distribuição dos valores dispendidos, dizendo ainda que gostaria



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like Paulo, Rodrigo, Osmari, and others.

83 de entender como é o planejamento para a capacitação dos trabalhadores. Reinaldo relata que sua  
84 maior preocupação é sobre o término do contrato, de modo que o mais justo é a realização de  
85 concurso público, daí a necessidade de planejamento, questionando se há planejamento para a  
86 ocupação dos postos de trabalho nos postos de saúde. Discorre ainda sobre a dificuldade enfrentada  
87 na gestão anterior com a contratação de trabalhadores. Reginalda, com a palavra, diz que a situação  
88 está complicada devido a falta de concurso público, relatando que o salário base do agente  
89 comunitário de saúde e de endemias é pago pelo estado de São Paulo, e que há a necessidade de  
90 contratação por meio de concurso público. Maicon diz que verificou que há trabalhadores que  
91 trabalham embaixo de tendas nas UBS. Conselheiro Jorge pede a palavra e disse que nunca houve  
92 falta de responsabilidade, mas sim falta de dinheiro para suprir as necessidades do município,  
93 dizendo que o que caberia talvez seria uma análise da Secretaria Municipal de Saúde para otimizar o  
94 gasto público. Com a palavra, Dr. Rubem Bottas, secretário municipal de saúde, o qual cumprimenta  
95 os presentes. Relata que é inegável que o mais importante para suprir toda a necessidade da saúde  
96 pública é o custeio dos serviços prestados. Ressalta ainda que até o momento está com pouco mais  
97 de 60 dias de gestão, e que está sendo realizado um trabalho entre secretarias de saúde e  
98 planejamento, a fim de se estudar os moldes do convênio pactuado. Dr. Bottas relata ainda que é  
99 necessário rever muitos pontos, como a política do idoso, relatando que já está em estudos um  
100 plano de política do idoso. Com relação aos agentes comunitários de saúde, diz que está em fase de  
101 estudos também a contratação para que se possibilite ter mais de mil trabalhadores. No que se  
102 refere à readequação de erário entre atenção básica e especializada, relata que não há previsão em  
103 contrato para que se possa transferir entre as áreas, contudo é o que busca alcançar. No que se  
104 refere a concurso público, também afirma que está em pauta, contudo não é possível afirmar as  
105 ações que serão tomadas no atual momento. Dr. Fernando acrescenta, no que se refere ao convênio,  
106 para que surja o debate para se buscar o melhor para o município, e que tem uma preocupação  
107 sobre o passivo trabalhista em razão deste convênio, o que pode dificultar a contratação de novos  
108 trabalhadores. Relata ainda que é necessário se buscar um plano B, tendo em vista que o  
109 quantitativo de trabalhadores contratados representa praticamente metade dos trabalhadores da  
110 saúde, o que gera riscos tanto ao HB quanto ao município, ressaltando que deve-se iniciar o debate  
111 para a solução do problema. Colocado em votação a aprovação do 5º Termo Aditivo do Convênio  
112 005/2021, é aprovado por 18 votos a favor e 4 abstenções. **QUARTO PONTO DE PAUTA: ELEIÇÃO DE**  
113 **01 (UM) CONSELHEIRO PARA COMPOR O COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA DA FAMERP.** Assunto: Dr.  
114 Fernando ressalta que não há restrição de seguimento, se candidatando João Pérsio, o qual é eleito  
115 por unanimidade. **QUINTO PONTO DE PAUTA: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DA**  
116 **"COMISSÃO DE SAÚDE DA PESSOA IDOSA EM SJRP".** Assunto: Dr. Fernando passa a palavra para o  
117 conselheiro João Pérsio Neves, que inicia a explicação ressaltando a importância da criação da  
118 comissão para permitir a representação e voz aos idosos e suas necessidades, com a promoção de  
119 políticas públicas, aprimoramento da qualidade do atendimento, educação e conscientização por  
120 meio da promoção de campanhas de conscientização sobre os direitos dos idosos, fortalecimento da  
121 rede de apoio e promoção da dignidade e direitos do idoso, apresentando ainda dados segundo o  
122 CENSO de 2022. Relata que hoje, no município, há mais idosos do que crianças. Paula Sodrê pede a  
123 palavra, e ressalta que LPIs de graus I e II são de competência da Assistência Social, mas concorda a



124 relevância de discutir e criar comissão para debater sobre o tema, relatando ainda que infelizmente  
125 existem família que abandonam os idosos. João pede a palavra e ressalta que a comissão é para  
126 debater a saúde do idoso. Dr. Fernando frisa que a pauta é para deliberar sobre a criação da  
127 comissão, e não comentar os assuntos que dizem respeito ao idoso, de modo que as pautas  
128 relacionadas ao idoso serão apresentadas posteriormente. Colocado em votação, a criação da  
129 comissão é aprovada por unanimidade. Dr. Fernando agradece a colaboração do João Pérsio, e relata  
130 que na próxima reunião será formada a comissão de modo paritário. **ENCERRAMENTO:** Foi requerida  
131 a dispensa da leitura da Ata, o que foi aprovado. **Nada mais havendo a ser tratado, deu-se por**  
132 **encerrada a reunião de que eu, Jordan Kamael Pinheiro Silva, assessor jurídico do CMS, lavrei a**  
133 **presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada obrigatoriamente pelos conselheiros presentes, que**  
134 **já assinaram o livro de presença próprio.**

*Handwritten signatures and notes:*

- Top right: *João Pérsio*
- Top center: *João Pérsio*
- Top left: *João Pérsio*
- Middle center: *Buena*
- Bottom center: *João Pérsio*
- Bottom left: *João Pérsio*
- Bottom center: *João Pérsio*
- Bottom right: *João Pérsio*